



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6304 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 19 - Educação e Arte

(RE)CONHECENDO O EDUCADOR SOCIAL: UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE O PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE ABRIGO

Elaine Laumann - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Andresa Gonçalves da Silva - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Jaqueline Almeida Camargo - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

(RE)CONHECENDO O EDUCADOR SOCIAL: UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE O PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE ABRIGO

‘(Re)conhecendo o educador social: um olhar sensível sobre o profissional no contexto de abrigo’ faz parte de uma pesquisa em andamento e está pautada na seguinte inquietação: quais as instruções normativas sobre o educador social no contexto de abrigo e a literatura sobre a temática, no que se refere à promoção do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes institucionalizados?

A pesquisa tem por objetivo refletir sobre a função do educador social, reverberando em considerações para seu reconhecimento enquanto potencializador de aprendizados e desenvolvimento de crianças e adolescentes no contexto de abrigo. Também, pretende abordar a educação não formal nos espaços de acolhimento e as sensibilidades que permeiam a atuação do educador social, tendo como fundamentos teóricos e conceituais as autoras Gohn (2010) e Meira e Pillotto (2010), entre outros. A pesquisa é de natureza qualitativa com base em análise documental, sendo referenciada por Flick (2009) e Gil (2008).

A sustentação da pesquisa qualitativa se dá por meio da afirmação de Flick (2009, p. 20), o qual reafirma a “[...] relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. Além disso o autor defende que, na pesquisa qualitativa, “[...] os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos”. (FLICK, 2009, p. 24).

Assim, por meio de análises de natureza qualitativa, essa pesquisa se utiliza para a coleta-produção-interpretação de dados a análise documental, que conforme descreve Gil (2008), é desenvolvida por meio de materiais já elaborados. Também está sendo utilizado o estado de conhecimento para mapear produções científicas acerca do educador social, a fim de conferir um olhar sensível ao educador social e sua prática. No que se refere a análise documental, destaca-se a leitura interpretativa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o documento Orientações Técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, como documentos base da análise documental.

Segundo à Constituição Federal Brasileira (1988), a garantia dos direitos de crianças e adolescentes é de responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. A partir de 1990, os direitos e a proteção das crianças e adolescentes, conforme suas singularidades, passaram a ser garantidos pelo ECA. Neste documento, fica determinado que todas as crianças e

adolescentes têm direito a conviver em ambientes que lhe garantam o desenvolvimento integral. (BRASIL, 2019).

Assim, nas situações em que a família não garante os direitos das crianças e dos adolescentes, por meio da intervenção do Estado, esses jovens são destinados às instituições de acolhimento. A partir disso, compreende-se que o educador social, passa a exercer importante papel no que concerne o desenvolvimento e a garantia de direitos dos acolhidos.

O educador social no contexto de abrigo é também frequentemente referenciado como mãe/pai social, ou cuidador social. Isto porque, muitas vezes a função deste profissional é remetida “[...] à imagem de profissionais responsáveis por uma forma específica de cuidado substituto, [...], que atende crianças privadas do cuidado parental ou que mantém vínculos frágeis com seus pais e/ou responsáveis”. (MAGALHÃES, COSTA, CAVALCANTE, 2011, p.819).

Entretanto, o documento Orientações Técnicas: serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, orienta que “[...] a postura dos educadores/cuidadores [...] e a qualidade da interação estabelecida com a criança e do adolescente representam importantes referenciais para seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009, p. 53).

Deste modo, as instituições de acolhimentos são vistas como espaços de educação não formal, pois conforme descrito por Gohn (2010, p. 18) “[...] na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais [...]”.

Ainda conforme a autora, transmitir informações e formar os sujeitos política e socioculturalmente, são metas da educação não formal, pois “[...] ela prepara formando e produzindo saberes nos cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo etc.” (GOHN, 2010, p. 19). Entende-se que, a educação não formal, potencializa o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Além disso, segundo as Orientações Técnicas destinadas às instituições de acolhimento, em sua atuação, o educador social deve “[...] vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar[...]”. (BRASIL, 2009, p. 53) Assim, o papel do educador social no contexto de acolhimento é dotado de essencialidade para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, pois as relações estabelecidas entre o educador social e os acolhidos são permeadas por afetos e sensibilidade.

A fim de estabelecer vínculos afetivos e promover o desenvolvimento dos acolhidos - crianças e adolescentes - o educador social tem sua atuação dotada de intencionalidade. Essa intencionalidade, conforme Gohn (2010, p. 16) é característica da educação não formal, pois “[...] ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidade no seu desenvolvimento [...]”.

No que tange a educação, seja em espaços formais ou não formais, para Meira e Pillotto (2010, p. 23) “[...] se faz com afeto, ética e estética, articuladas as diversas áreas de conhecimento e as múltiplas possibilidades de perceber e de sentir o contexto no qual estamos [educadores] inseridos como protagonistas na construção de muitas histórias”.

Também, Moreira (2016) faz uma importante reflexão referente a complexidade do acolhimento institucional devido a quantidade de afetos envolvidos, e sobre a necessidade da preparação do educador social, não somente baseada em orientações técnicas. A autora aponta ainda que “[...] é preciso atentar para a afetividade presente nas relações humanas que ali se desenvolvem” (MOREIRA, 2016, p. 38). Essas reflexões se fazem importantes, pois tendo como base o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, o educador social

[...]deve ter capacitação adequada para desempenhar seu papel com autonomia e ser reconhecido como figura de autoridade para a criança e o adolescente [...] Além disso, devem contar com apoio e orientação permanente por parte da equipe técnica do serviço, bem como de espaço

para trocas, nos quais possam compartilhar entre si experiências e angústias decorrentes da atuação, buscando a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento de desafios. (BRASIL, 2009, p. 53)

Para além de apenas receber orientações, Moreira (2016, p. 39) pondera sobre a importância que os educadores sociais assumem na vida de crianças e adolescente “[...] para que a experiência de viver algum tempo afastados de suas famílias não fique resumida à dor, mas possa ser um tempo de superação, de restauração das potencialidades [...]”. Deste modo, mais uma vez Meira e Pillotto (2010, p. 16) refletem sobre os vínculos afetivos, e defendem que

[...] a partir dos vínculos afetivos é que desenvolvemos nossa capacidade de nos relacionarmos com os outros e com o meio que em estamos inseridos. O meio cultural sinaliza as formas com que construímos esses vínculos, e a percepção, a memória e a linguagem vão definir os modos como nos apropriamos da realidade e a ressignificamos.

Deste modo, a intencionalidade na atuação do educador social deve ser pautada no ambiente em que está inserido, considerando os nuances culturais e sociais da instituição de acolhimento e das crianças e adolescentes que ali residem. E, conforme descreve Gohn (2010, p. 19) os objetivos da educação não formal “[...] se constroem num processo interativo, gerando um processo educativo”.

Portanto, nesta pesquisa, entende-se que a o educador social, por meio de educação não formal, ao promover o desenvolvimento integral dos acolhidos, deve capacitar “[...] os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais”. (GOHN, 2010, p. 19)

A partir das leituras realizadas até o momento, entende-se que o papel do educador social no contexto de abrigo representa grande importância no desenvolvimento de crianças e jovens em situação de acolhimento. Percebe-se que esses profissionais atuam em um contexto sensível, tanto para si quanto para os jovens que estão sob seus cuidados, e acredita-se que por meio de sensibilidade os vínculos afetivos poderão ser construídos, possibilitando o desenvolvimento integral dos acolhidos.

Entretanto, muito além de orientações técnicas, é preciso ampliar o olhar sobre esses profissionais e sobre o papel que exercem na vida de crianças e jovens institucionalizados. É preciso muito mais que informações para a atuação, é preciso um olhar sensível, que os reconheça e os acolha enquanto educadores sociais responsáveis pela educação desses jovens.

Este olhar sensível para o educador social, precisa considerar, suas próprias dificuldades e singularidades. É preciso ver esse profissional como uma pessoa dotada de subjetividade e potencialidades, e que é responsável por promover a formação de cidadãos políticos, críticos, sensíveis, ou seja, cidadãos partícipes da sociedade, construindo e ampliando seus potenciais de sensibilidades.

Palavras-chave: Educador Social. Educação não formal. Sensibilidade. Institucionalização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal n. 8.069/90, 13 de julho de 1990. Brasília, 2019.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. 2ª edição. Brasília, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto

Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010, 103 p.

MAGALHÃES, Celina Maria Colino; COSTA, Lígia Negrão; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. **Journal of Human Growth and Development**, v. 21, n. 3, p. 818-831, 2011

MEIRA, Marly. PILLOTTO, Silvia. **Arte, afeto e educação**: a sensibilidade na ação pedagógica. Porto Alegre: Mediação, 2010, 144 p.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Trabalhadoras e trabalhadores nas casas de acolhimento institucional: diagnóstico e perspectivas. In: MOREIRA, Maria Ignez Costa. PASSOS, Ana Paula Carvalho Pereira. ALMEIDA, Vicente de Paulo. **Cuidar de quem cuida**: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional. Curitiba: CRV, 2016, p.15 - 42